

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de fevereiro de 2016.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a

classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

2.4. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

2.5. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão,

A amortização do ativo intangível reflete a vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.7. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se

referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado do exercício, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.8. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição até o ano-base de 2016. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

2.10. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.11. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações na IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado</p> <p><i>O propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma percentagem fixa do salário.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.
<p>Melhorias Anuais – (Ciclo 2010-2012 e 2011-2013)</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 and IAS 40.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.

2.13. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p><i>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:</i></p> <p><i>Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira.</i></p> <p><i>Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.</i></p> <p><i>Fase 3 – Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas.</i></p> <p><i>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias</p> <p><i>As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p><i>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p>Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização</p> <p><i>As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto</p> <p><i>A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas</p> <p><i>Esta melhoria permite que as entidades a usar o método da equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações financeiras separadas. O objetivo da melhoria é minimizar os custos associados com o cumprimento com o IFRS, em particular para aquelas entidades que aplicam IFRS pela primeira vez, sem reduzir a informação disponível para os investidores.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação</p> <p><i>O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação.</p> <p><i>As modificações, que tem um escopo restrito, introduzem clarificações aos requerimentos para as contabilizações dos investimentos nas entidades. As alterações também visam em algumas circunstâncias reduzir os impactos das aplicações da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

3. Revisão ordinária e extraordinária

Foi aprovada em 27/02/2015, através da Resolução Homologatória nº 1.858, a revisão tarifária extraordinária que gerou um reajuste médio de 10,28%.

Em 22/04/2015 a Coelce teve homologado em caráter provisório¹ a 4ª Revisão Tarifária, através da Resolução Homologatória nº 1.882 gerando um efeito tarifário médio de 11,69%. Em função da definição da nova BRR, a Administração procedeu ao recálculo do ativo financeiro remanescente ao final da concessão não tendo sido identificados ajustes significativos.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Conta do Ambiente de Contratação Regulada – ACR

A Coelce recebeu aporte de R\$ 132.560, conforme Despacho nº 773, de 27/03/2015, que reduziu a conta de “Valores a receber de Parcela A” registrada no ativo circulante da Companhia.

b) Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia.

O Decreto nº 8.401, de 04/02/2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição passam a ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Os recursos disponíveis nessa conta serão repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos por cada distribuidora e a cobertura tarifária vigente de cada agente.

¹ Até 22 de abril de 2015, parte da metodologia a ser aplicada ao 4º Ciclo de Revisão Tarifária das distribuidoras ainda não havia sido aprovada pela ANEEL. Dessa forma, a 4ª Revisão Tarifária da COELCE foi em parte realizada adotando-se a metodologia do 3º Ciclo de Revisão Tarifária. Para garantir um tratamento isonômico entre a COELCE e as demais distribuidoras, a ANEEL optou por homologar em caráter provisório a 4ª Revisão Tarifária da COELCE. As diferenças apuradas entre as tarifas de energia homologadas e os resultantes da aplicação da nova metodologia serão compensadas no reajuste tarifário de 2016.

c) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro

A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente.

d) Mudança da índice de atualização da base de remuneração dos ativos das concessionárias

A Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015 dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá passa a ser atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

e) Revisão tarifária PRORET – 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("CRTP")

A partir da Resolução Normativa nº 660, de 28/04/2015, dentre outras alterações, as receitas faturadas com Ultrapassagem de Demanda - UD e Excedente Reativo - ER, a partir de maio de 2015 passaram a ser contabilizadas como passivos setoriais, no passivo não circulante. A partir do 5º CRTP, estes valores serão devolvidos ao consumidor através da tarifa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e contas correntes bancárias	29.322	42.043
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	-	101.474
Operações compromissadas	18.137	-
	18.137	101.474
Fundos exclusivos		
CDB (Fundos exclusivos)	1.654	13.063
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	8.117	23.854
	9.771	36.917
Aplicações financeiras	27.908	138.391
Total	57.230	180.434

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	7.094	11.455
LF - Letra Financeira	168	-
Total	7.262	11.455

7. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos			Valor bruto	
	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90	31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
Residencial	123.213	102.528	37.671	263.412	166.515
Industrial	43.806	9.003	41.965	94.774	93.139
Comercial	51.275	23.093	14.557	88.925	55.817
Rural	35.250	18.956	21.859	76.065	43.813
Poder público	24.550	15.282	2.497	42.329	32.578
Iluminação pública	7.756	2.340	464	10.560	8.381
Serviço público	12.721	2.526	1.373	16.620	8.631
Subtotal	298.571	173.728	120.386	592.685	408.874
Fornecimento não faturado	192.265	-	-	192.265	140.186
Consumidores baixa renda	28.308	-	-	28.308	37.318
Parcelamento de débitos	33.131	-	-	33.131	12.447
Contas a receber com partes relacionadas	78	-	-	78	40
Outros créditos	4.097	6.193	759	11.049	5.982
Subtotal	556.450	179.921	121.145	857.516	604.847
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(113.587)	(113.587)	(97.933)
Total circulante	556.450	179.921	7.558	743.929	506.914
Não circulante					
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos	-	-	12.586	12.586	7.231
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(17.030)	(17.030)	(15.825)
Total não circulante	-	-	10.845	10.845	6.695

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(113.758)	(29.465)	12.606	(130.617)
	(113.758)	(29.465)	12.606	(130.617)

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

	31/12/2015	31/12/2014
Resolução homologatória 1.711/2014	74.489	105.581
Resolução homologatória 1.882/2015	188.630	-
Parcela de ajuste (estimativa)	(10.361)	(2.278)
Atualização monetária (*)	6.731	-
	259.489	103.303

* A Resolução Homologatória 1.857, estabeleceu que a Eletrobras deverá atualizar os valores dos repasses dos recursos da CDE realizados em atraso com relação à data fixada para repasse pelo variação mensal do IPCA e que deverá ser aplicada a partir de março/2015.

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Em 08 de julho de 2015, foi proferida em favor da Companhia, decisão liminar, autorizando a compensação integral dos valores devidos pela Eletrobras, a título de subvenção tarifária, acumulado desde novembro de 2014, com os valores mensalmente devidos pela COELCE, a título de cota mensal da CDE. Em função de a decisão ser liminar, a

Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 137.704, correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

9. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compra de energia	142.311	31.481	138.931	55.555
Encargo de serviço do sistema - ESS	(72.704)	(18.828)	(46.403)	(18.502)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	42.003	18.474	1.035	458
Uso da rede básica	8.285	1.104	19.690	7.933
Outros	7.515	3.731	(90)	(868)
Total das amortizações / diferimentos tarifários (CVAs)	127.410	35.962	113.163	44.576
Repasse de sobrecontratação de energia	7.580	11.985	42.310	17.700
Recomposição de ICMS	80.771	28.016	30.710	91.210
Bandeira não faturada	(19.590)	-	-	-
Postergação de revisão tarifária	-	-	(34.574)	-
Neutralidade	(2.051)	(93)	(4.713)	(1.444)
Outros	36.325	(2.644)	4.584	2.887
Outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros	103.035	37.264	38.317	110.353
Total dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	230.445	73.226	151.480	154.929

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

10. Tributos a compensar

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	16.611	-	25.188	-
ICMS (a)	38.914	28.841	34.595	18.488
ICMS parcelamento	11.056	-	11.056	-
PIS e COFINS	7.049	-	2.452	-
INSS Patronal	705	-	18.645	-
Outros tributos	10	-	734	-
Total	74.345	28.841	92.670	18.488

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 48.069 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 31.454 em 2014) refere-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. E o valor de R\$ 19.686 (R\$ 21.765 em 2014) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais (CEFIC) os quais são compensados no mês seguinte.

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade

projetada.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/12/2015	31/12/2014
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(608.736)	(585.061)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	318.747	303.121
Saldo	56.606	64.655

Reserva de capital	31/12/2015	31/12/2014
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

12. Ativo indenizável (concessão)

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	783.713	630.799
Transferências do ativo intangível	109.108	257.891
Marcação a mercado - ativo indenizável	(2.889)	(104.977)
Saldo final	889.932	783.713

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

13. Intangível

	Em Serviço				Em Curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.568.882	(1.770.968)	(443.541)	1.354.373	620.422	(225.624)	394.798	1.749.171
Adições	-	-	-	-	264.661	(9.680)	254.981	254.981
Baixas	(140.081)	120.090	-	(19.991)	-	-	-	(19.991)
Amortização	-	(209.654)	31.185	(178.469)	-	-	-	(178.469)
Transferências	663.482	-	(74.118)	589.364	(663.482)	74.118	(589.364)	-
Transferências para o ativo indenizável	(257.891)	-	-	(257.891)	-	-	-	(257.891)
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	2.805	-	-	2.805	799,00	-	799	3.604
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.837.197	(1.860.532)	(486.474,00)	1.490.191	222.400	(161.186)	61.214	1.551.405
Adições	-	-	-	-	437.907	(25.108)	412.799	412.799
Baixas	(68.525)	58.371	54.296	44.142	-	-	-	44.142
Amortização	-	(182.612)	32.806	(149.806)	-	-	-	(149.806)
Transferências	294.523	-	(7.015)	287.508	(294.523)	7.015	(287.508)	-
Transferências para Ativo Indenizável	(112.408)	-	3.300	(109.108)	-	-	-	(109.108)
Reclassificação para o imobilizado	-	-	-	-	(1.188)	-	(1.188)	(1.188)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	3.950.787	(1.984.773)	(403.087)	1.562.927	364.596	(179.279)	185.317	1.748.244

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783.

14. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento e transporte de energia		
Compra de energia	299.417	247.969
Energia livre	10.690	8.516
Encargo de uso da rede	9.339	11.005
Diferencial Eletronuclear	661	8.592
Partes relacionadas (vide Nota 18)	126.360	94.113
Materiais e serviços	71.453	70.943
Total	517.920	441.138
Circulante	511.155	434.264
Não circulante	6.765	6.874

15. Obrigações fiscais

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	1.570	-	1.570	-	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	83.227	-	83.227	54.112	-	54.112
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.804	14.135	15.939	1.719	15.045	16.764
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.564	-	18.564	6.852	-	6.852
Programa de integração social - PIS	4.005	-	4.005	1.484	-	1.484
Imposto sobre serviços - ISS	1.100	-	1.100	1.536	-	1.536
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	3.037	-	3.037	1.754	-	1.754
Outros tributos e contribuições	4.256	-	4.256	6.124	-	6.124
Total	117.563	14.135	131.698	73.581	15.045	88.626

16. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2015	31/12/2014	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
Moeda estrangeira:							
União Federal – Bônus de Desconto	4.471	3.040	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e Conta Reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a
União Federal – Bônus ao Par	6.469	4.400	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e Conta Reserva	USD + 6,2% a.a.
Total moeda estrangeira	10.940	7.440					
Moeda nacional:							
<u>Financiamentos</u>							
Eletrobras	47.612	62.234	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE	69.254	90.563	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Recebíveis, Fiança Bancária e Conta Reserva	10% a.a.
BNDES FINAME 2012-2013	30.950	35.076	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis	3,00% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 A	58.750	71.516	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 B	58.772	71.547	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) A	27.529	-	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B	27.560	-	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18% a.a.
<u>Empréstimos</u>							
Itaú CCB	156.299	155.070	20/03/2014	20/03/2019	Mensal	-	112% CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário)	306.298	304.692	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
Working Capital Santander	50.474	-	21/03/2011	27/06/2016	Mensal	-	CDI + 1,8% a.a.
Total moeda nacional	833.498	790.698					
Total de empréstimos e financiamentos	844.438	798.138					
Circulante	205.505	72.189					
Não circulante	638.933	725.949					

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Plano de investimento	Desembolsado	Garantias
<u>Financiamentos</u>					
BNDES Capex 2012/2013	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	89%	Recebíveis
BNDES (Capex 2014-2015)	Financiamento do CAPEX	215.126	2014/2015	26%	Recebíveis
Eletrobras	Luz Para Todos	134.085	2004	86%	Recebíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE	FNE/PROINFRA	106.187	2011	100%	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva
<u>Empréstimos</u>					
Itaú CCB	Capital de giro	150.000	-	100%	-
BB Agropecuário	Capital de giro	300.000	-	100%	-
Working Capital Santander	Capital de giro	50.000	-	100%	-

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2015:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES / FINEM / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES / FINEM / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
BB Agropecuário	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31/12/2015				
	2017	2018	2019	2020	Após 2020
	194.686	194.093	177.532	33.166	39.456
					Total não circulante
					638.933

17. Debêntures

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª Série 3ª emissão	53.576	-	54.613	52.000
2ª Série 3ª emissão	137.060	263.073	5.105	356.970
(-) Custo de transação	(344)	(475)	(377)	(820)
Total sem efeito de swap	190.292	262.598	59.341	408.150
Resultado das operações de swap	(3.156)	-	(585)	(4.984)
Total de debêntures	187.136	262.598	58.756	403.166

Em 31 de dezembro de 2015 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2014	58.756	403.166	461.922
Atualização monetária	-	37.624	37.624
Amortizações	(52.000)	-	(52.000)
Transferências	183.082	(183.082)	-
Encargos provisionados	35.250	-	35.250
Encargos pagos	(35.852)	-	(35.852)
Transferência custo de transação	94	(94)	-
Apropriação custo de transação	377	-	377
Resultado das operações de swap	(2.571)	4.984	2.413
Em 31 de dezembro de 2015	187.136	262.598	449.734

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices.

Obrigações especiais financeiras	Índice
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

18. Partes relacionadas

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/12/2015					31/12/2014				
			Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Passivo não circulante(*)	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Passivo não circulante(*)	Receita (despesa)	Intangível
Endesa Fortaleza - CGTF	(a)	Compra de Energia	-	125.096	-	(664.862)	-	-	91.834	-	(276.483)	-
Endesa Cachoeira - CDSA	(b)	Compra de Energia	-	873	-	(6.290)	-	-	643	-	(3.053)	-
Companhia de Interconexão Energética - CIEN	(c)	Encargo de Uso	-	193	-	(2.213)	-	-	290	-	(789)	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(d)	Confissão de dívida	-	-	-	-	-	-	770	-	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(d)	Plano de pensão	-	2.040	85.396	(8.882)	431	-	-	90.312	(1.639)	339
EN-Comercio e Serviço SA (PRATIL)	(e)	Amortização	78	198	-	950	-	40	-	-	239	-
Enel Energy Europe	(f)	Serviço	-	-	-	-	-	-	1.346	-	(1.279)	-
			78	128.400	85.396	(681.297)	431	40	94.883	90.312	(283.004)	339
(-) Plano de pensão			-	2.040	85.396	-	-	-	770	90.312	-	-
Parte relacionadas			78	126.360	-	(681.297)	431	40	94.113	-	(283.004)	339

* Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 7, 14 e 19).

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) CGTF - Central Geradora Termelétrica S.A.: Operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço

normativo é estabelecido pela Aneel reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado.

- b) CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.: Operações de compra de energia por parte da companhia oriundos de leilão CCEAR 2º LEE – 2005 ou MCSD 2º LEE 2005.
- c) CIEN - Companhia de Interconexão Energética: Despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela a ANEEL mediante despacho.
- d) FAELCE - Plano de pensão: A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.
- e) EN-Brasil Comércio e Serviços S.A. (“Prátil”): Contrato para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia.
- f) Enel Energy Europe: A Companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 12.895 (R\$ 10.184 em 2014). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

19. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- ▶ Complementação de aposentadoria por invalidez;
- ▶ Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- ▶ Complementação de aposentadoria por idade;
- ▶ Complementação de aposentadoria especial;
- ▶ Complementação de auxílio reclusão;
- ▶ Complementação de pensão por morte;
- ▶ Complementação de abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- ▶ Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.
- ▶ Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano.
- ▶ Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 123.077 em 31 de dezembro de 2015. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois eventual benefício econômico para a patrocinadora, somente poderá ser requerido se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2015 apresentaram um passivo total de R\$ 87.436 (R\$ 91.082 em 2014).

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	904.974	817.861
Custo dos serviços correntes	3.038	(424)
Contribuição dos participantes	2.287	2.089
Custos dos juros	108.390	97.120
Benefícios pagos pelo plano	(70.087)	(60.038)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	(54.902)	48.366
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	893.700	904.974

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	961.150	910.871
Retorno esperado dos ativos do plano	117.105	110.589
contribuições recebidas de participantes do plano	2.287	2.089
Contribuições recebidas do empregador	16.091	25.395
Benefícios pagos pelo plano	(70.087)	(60.038)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	(97.205)	(27.756)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	929.341	961.150

Conciliação de abertura e fechamento do efeito de teto do ativo de benefício definido

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	147.257	177.515
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	18.436	22.056
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	(42.616)	(52.313)
	123.077	147.258

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valor presente das obrigações atuariais	893.700	904.974
Valor justo dos ativos	(929.341)	(961.150)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(35.641)	(56.176)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	123.077	147.258
(Ativo) passivo atuarial líquido	87.436	91.082
Dívida contratada	-	12.824
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	87.436	103.906

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo do serviço corrente bruto	5.325	1.665
Contribuições de participante	(2.287)	(2.089)
Custo do serviço líquido	3.038	(424)
Juros sobre a obrigação atuarial	108.390	97.120
Rendimento esperado dos ativos no ano	(117.105)	(110.589)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	18.437	22.056
Juros líquidos sobre o passivo	9.722	8.587
Total reconhecido na DRE	12.760	8.163

Categoria principal de ativos que cada plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Renda fixa	757.386	779.064
Renda variável	64.446	70.244
Investimentos imobiliários	91.333	90.071
Outros	16.176	21.771
Total do valor justo dos ativos do plano	929.341	961.150

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(54.902)	48.366
(Ganho)/Perda sobre os ativos	97.205	27.756
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(42.617)	(52.313)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	-	(12.824)
Montante reconhecido no exercício em outros resultados abrangentes	(314)	10.985

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	117.105	110.589
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	(97.205)	(27.756)
Retorno real sobre os ativos dos planos	<u>19.900</u>	<u>82.833</u>

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

<u>Especificação</u>	<u>Planos BD</u>	<u>Plano CD</u>	<u>Plano Médico</u>	<u>Plano FGTS</u>
Taxa de desconto	14,18%	14,21%	14,16%	14,02%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	14,18%	14,21%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,69%	9,69%	N/A	9,69%
Taxa de inflação esperada	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	6,50%	6,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	<u>31/12/2014</u>			<u>31/12/2015</u>		
	<u>Saldo</u>			<u>Atualização</u>		<u>Saldo</u>
	<u>acumulado</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>acumulado</u>
Trabalhistas	32.690	20.671	(17.867)	13.498	(9.717)	39.275
Cíveis	60.152	25.853	(14.719)	14.906	(7.612)	78.580
Fiscais	1.997	-	-	(6)	(20)	1.971
Regulatório	88.352	6.733	(2.150)	98	(24.053)	68.980
Total	<u>183.191</u>	<u>53.257</u>	<u>(34.736)</u>	<u>28.496</u>	<u>(41.402)</u>	<u>188.806</u>

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	51.185	41.085
Cíveis	820.779	644.569
Fiscais	408.148	396.678
Juizados especiais	7.944	8.135
	<u>1.288.055</u>	<u>1.090.467</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

- a) No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. O montante envolvido totaliza R\$ 333.750 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 307.636 em 2014).
- b) No âmbito municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com o Município de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 35.685 e R\$ 3.370 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 50.792 e R\$ 3.083 em 2014).

Depósitos judiciais

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	16.670	11.179
Cíveis	21.763	19.313
Fiscais	3.411	3.513
Total	<u>41.844</u>	<u>34.005</u>

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)		Total (em unidades)	
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	44.061.433	91,66%	1.770.000	6,26%	-	0,00%	1.770.000	5,94%	45.831.433	58,87%
Enersis	3.002.812	6,25%	8.818.006	31,21%	424	0,03%	8.818.430	29,60%	11.821.242	15,18%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Fundos e Clubes de Investimento	3.710	0,01%	6.297.545	22,29%	-	0,00%	6.297.545	21,14%	6.301.255	8,09%
Fundo de Pensão	919.403	1,91%	3.444.221	12,19%	-	0,00%	3.444.221	11,56%	4.363.624	5,60%
Outros	80.579	0,17%	3.955.172	14,00%	3.097	0,20%	3.958.269	13,29%	4.038.848	5,19%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 29, alínea d, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e Art. 199 da Lei 6.404/76..

d) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na lei 12.973/2014.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, sendo ao final de cada período transferido para a reserva de lucro - devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

e) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 11.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro do exercício	363.070	251.559
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(74.679)	(84.904)
(+) Reversão de dividendos prescritos	-	583
Lucro ajustado	288.391	167.238
Dividendo mínimo obrigatório	72.098	41.810
	216.293	125.428
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	207	(7.250)
Reserva reforço de capital de giro	216.500	118.178

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir:

Tipo de aplicação	25% sobre o lucro líquido ajustado		Dividendos mínimos sobre o capital social		Dividendos mínimos obrigatórios	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ações ordinárias	44.514	25.813	-	-	44.514	25.813
Ações preferenciais A	26.163	15.172	9.644	9.644	26.163	15.172
Ações preferenciais B	1.421	824	873	873	1.421	824
Total	72.098	41.809	10.517	10.517	72.098	41.809

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

22. Lucro por ação

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	363.070	251.559
Nº de ações ordinárias e preferenciais (em unidades)	77.855.299	77.855.299
Lucro básico e diluído em reais por ação	4,66	3,23

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.067.937 ações ordinárias e 28.252.700 ações preferenciais classe A e 1.534.662 ações preferenciais classe B, totalizando 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e noventa e nove) ações.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe “A” e 10% para as ações de classe “B”, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe “B” poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe “A”, a requerimento do interessado.

23. Receita líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecimento faturado	4.726.253	3.540.811
Fornecimento não faturado	32.489	21.408
Consumidores, concessionários e permissionários	4.758.742	3.562.219
Valores a Receber de Parcela A e outros itens financeiros	557.910	306.409
Subvenção baixa renda	185.946	213.143
Subvenção CDE - desconto tarifário	222.857	167.573
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	100.909	76.343
Receita de construção	412.799	254.981
Outras receitas	75.351	57.479
Receita operacional bruta	6.314.514	4.638.147
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.231.703)	(837.752)
COFINS	(472.537)	(112.648)
PIS	(102.600)	(24.456)
P&D	(32.159)	(30.761)
Encargo setorial CDE	(340.375)	(10.842)
Taxa de fiscalização	(4.772)	(4.576)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	(204)	227
Total de deduções de receita	(2.184.350)	(1.020.808)
Total	4.130.164	3.617.339

24. Custos e despesas operacionais

Descrição	31/12/2015					31/12/2014				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal	(117.778)	-	(53.223)	-	(171.001)	(104.298)	-	(35.816)	-	(140.114)
Material	(45.135)	-	(584)	-	(45.719)	(12.115)	(66)	(803)	-	(12.984)
Serviços de terceiros	(174.732)	(5.534)	(51.004)	-	(231.270)	(193.776)	(8.527)	(49.596)	-	(251.899)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.315.396)	-	-	-	(2.315.396)	(2.103.840)	-	-	-	(2.103.840)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(198.199)	-	-	-	(198.199)	(90.386)	-	-	-	(90.386)
Depreciação e amortização	(134.288)	-	(9.974)	-	(144.262)	(172.103)	-	(12.322)	-	(184.425)
Custo na desativação de bens	(16.544)	-	-	-	(16.544)	(12.934)	-	-	-	(12.934)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(29.465)	-	-	(29.465)	-	(3.401)	-	-	(3.401)
Custo de construção	(412.799)	-	-	-	(412.799)	(254.981)	-	-	-	(254.981)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	(18.521)	-	(18.521)	-	-	(5.957)	-	(5.957)
Indenizações DIC / FIC	(7.466)	-	-	-	(7.466)	(6.011)	-	-	-	(6.011)
Outras despesas operacionais	(17.810)	(3)	(11.712)	(5.470)	(34.995)	(14.863)	(65)	(8.668)	(15.679)	(39.275)
Total	(3.440.148)	(35.002)	(145.018)	(5.470)	(3.625.638)	(2.965.307)	(12.059)	(113.162)	(15.679)	(3.106.207)

25. Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	14.379	10.201
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	62.372	41.041
Receita de ativo indenizável	41.381	-
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	45.047	-
INSS Patronal	-	12.681
Outras receitas financeiras	25.815	4.313
Total das receitas financeiras	188.994	68.236
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(41.587)	(22.888)
Encargos de dívidas	(126.081)	(85.690)
Encargos fundo de pensão	(9.722)	(8.587)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(28.496)	(37.691)
Atualizações de impostos e multas	(6.124)	(6.032)
Atualização P&D/PEE	(1.022)	(710)
IOF/IOC	(3.413)	(11.626)
Multas	(15.327)	(30.111)
Despesa de ativo indenizável	-	(104.977)
Outras despesas financeiras	(21.397)	(31.801)
Total das despesas financeiras	(253.169)	(340.113)
Resultado financeiro	(64.175)	(271.877)

26. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	440.351	440.351	239.255	239.255
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	(110.064)	(39.632)	(59.814)	(21.533)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	74.679	-	84.904	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(2.475)	(1.324)	3.193	1.150
IFRIC 12 e perdas indedutíveis	1.130	405	12.522	676
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(36.730)	(40.551)	40.805	(19.707)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.700)	(39.178)	(29.158)	(42.663)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.030)	(1.373)	69.963	22.956
Total	(36.730)	(40.551)	40.805	(19.707)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IR e CS sobre diferenças temporárias	114.102	107.010	7.092	11.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.410	38.678	5.732	1.290
Provisão para ações judiciais e regulatórias	66.478	67.238	(760)	11.666
Provisão para obsolescência de estoque	1.120	1.039	81	(1.764)
Outras	2.094	55	2.039	24
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(51.009)	(38.514)	(12.495)	81.703
Ativo indenizável (concessão)	(52.967)	(40.394)	(9.625)	34.196
Desreconhecimento de passivo regulatório	-	-	(2.948)	46.981
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(1.754)	(1.832)	78	526
Diferido Perdas de Bens	3.712	3.712	-	-
Subtotal - impacto no resultado do exercício	63.093	68.496	(5.403)	92.919
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	48.145	47.235	910	4.117
Plano de Pensão	49.021	49.128	(107)	3.735
Swap Passivo	(876)	(1.893)	1.017	382
Total	111.238	115.731	(4.493)	97.036

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da

Administração.

27. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará, dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios. A companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a COELCE justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	4.682	7.249	32.097	107.946	28.519	180.493
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	54.187	17.601	166.562	660.000	26.765	925.115
Debêntures	-	-	220.286	295.106	-	515.392
	58.869	24.850	418.945	1.063.052	55.284	1.621.000
31 de dezembro de 2014						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.882	7.906	34.811	142.479	39.536	228.614
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	2.160	15.874	69.241	708.219	16.566	812.060
Debêntures	-	-	89.891	471.915	-	561.806
	6.042	23.780	193.943	1.322.613	56.102	1.602.480

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de hedge que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015			
"Swaps" de juros 08/11/12	3.167	-	3.167
	3.167	-	3.167
31 de dezembro de 2014			
"Swaps" de juros 08/11/12	(3.247)	(1.161)	(4.408)
	(3.247)	(1.161)	(4.408)

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia dispõe de limites de conta garantida no valor de R\$ 50.000 e conta comprometida no valor de R\$ 190.000, totalizando linhas de crédito de R\$ 240.000.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 16 e 17, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 21).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2015 é de 37% (38% em 2014).

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Baseada nessa análise, em 2012, a Companhia realizou contratação de derivativos para mitigar este risco, trocando o risco de taxa de juros variável (CDI) para taxa de juros pré-fixada.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 84,7% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 11% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 4,14% das dívidas variáveis (4,93% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 3.156 (R\$ 5.569 em 2014), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 2.993 (R\$ 1.123 em 2014).

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

				31/12/2015		31/12/2014	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	57.230	57.230	180.434	180.434	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	7.262	7.262	11.455	11.455	
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	50.463	50.463	54.518	54.518	
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	754.774	754.774	513.609	513.609	
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	2	303.671	303.671	306.409	306.409	
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Empréstimos e recebíveis	2	3.156	3.156	5.569	5.569	
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	889.932	889.932	783.713	783.713	
Passivo							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	833.498	829.905	790.698	777.031	
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	452.890	452.954	467.491	467.418	
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	10.940	9.406	7.440	7.034	
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	517.920	517.920	441.138	441.138	

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2015 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	3.156	3.156	-

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2015 havia 1 (um) contrato de swap de CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha operações de swap conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
					Moeda local	
					31/12/2015	31/12/2014
Contratos de swaps						
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97%aa 9,43%	-BRL 3.156	-BRL 5.569

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F.

Indexador do contrato	31/12/2015	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido	Cenário	Efeito líquido
			no resultado		no resultado
IPCA	61.043	69.246	8.203	74.280	13.237
CDI	65.986	81.227	15.241	96.027	30.041
SELIC	2.429	2.808	379	3.183	754
TJLP	12.894	14.889	1.995	16.862	3.968
FIXO	14.102	14.102	-	14.102	-
Dólares norte-americano	3.187	5.530	2.343	7.457	4.270
Total	159.641	187.802	28.161	211.911	52.270

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	31/12/2015	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Debênture 1ª série - 3ª emissão	6.057	7.368	1.311	8.641	2.584
Swap ponta ativa	(6.057)	(7.368)	(1.311)	(8.641)	(2.584)
Swap ponta passiva	3.379	3.379	-	3.379	-
Total	3.379	3.379	-	3.379	-

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo swap é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.315.471 em 2016, R\$ 2.462.972 em 2017, R\$ 2.661.669 em 2018 e R\$ 62.541.029 após 2018.

29. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

O montante dessa participação no exercício de 2015 foi de R\$ 13.349 (R\$ 12.146 em 2014).

30. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo
	De	Até		de garantia sinistro
Risco operacional	01/11/2015	31/10/2016	R\$ 968.230	R\$ 192.195
Responsabilidade civil	01/11/2015	31/10/2016	N/A	R\$ 768.780